

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 28ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais pelos relevantes serviços prestados em prol da justiça fiscal e social e pela posse de sua primeira presidente mulher

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário
2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATA

ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/8/2026

Presidência da Deputada Bella Gonçalves

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Presidenta – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni – Palavras da Presidenta – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece a deputada:
Bella Gonçalves.

Abertura

A presidenta (deputada Bella Gonçalves) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– A presidenta, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais pelos relevantes serviços prestados em prol da justiça fiscal e social e pela posse de sua primeira presidente mulher.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite; o Exmo. Sr. Wagner Ferreira, vereador do Município de Belo Horizonte; a Exma Sra. Sara Felix, diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg; o Exmo. Sr. Marco Túlio da Silva, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – Sindifisco-MG; e a Exma. Sra. Eulália Alvarenga, diretora administrativa suplente do Sinfisco-BH.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos as seguintes presenças: Cristiano Alkmim, assessor da presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Ana Lúcia, presidente da Anfip-MG; José Alfredo Borges, do escritório Borges e Hasenclever Advogados Associados; Roberto Kupski, presidente de honra da Febrafite; e também os queridos alunos do 3º ano do Instituto de Educação de Minas Gerais.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente e aos que a acompanham pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Senhoras e senhores, de acordo com a legislação em vigor, em especial a Resolução nº 23.760, de 2/3/2026, do Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece o calendário eleitoral para as eleições de 2026, lembramos às deputadas e aos deputados, convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa a proibição de pronunciamentos que abordem temas eleitorais ou que caracterizem pedido de votos, bem como a restrição do uso de materiais alusivos a campanhas eleitorais.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo institucional da Febrafite.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, para o seu pronunciamento, a deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras da Presidenta

De novo, bom dia a todas e a todos. Sejam muito, muito bem-vindos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais! Queria saudar também os alunos do 3º ano do Instituto de Educação de Minas Gerais e celebrar a educação pública e o Instituto de Educação, que não queremos que seja, jamais, vendido ou privatizado. A escola tem que ser pública e de todos os estudantes. Para isso, é muito importante que a gente tenha um regime de pagamento de impostos no Brasil para garantir e sustentar um sistema público de educação. Obrigada pela presença. Um abraço às professoras e aos professores que trouxeram vocês até aqui.

Começo cumprimentando também a nossa querida Papá, Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, nome grande de uma pessoa que temos um carinho enorme de chamar de Papá. Ela tem uma história importantíssima desde o processo de redemocratização do Brasil, da construção do pacto federativo e também da garantia de uma auditoria tributária, de um processo tributário que sustentasse as políticas públicas que fazem da Constituição mais do que uma letra morta, mas direitos efetivos para a população. Vou falar mais sobre ela adiante.

Queria cumprimentar também o Exmo. Vereador de Belo Horizonte Wagner Ferreira, que também é uma pessoa muito importante na discussão sobre os fiscos municipal e estadual. Obrigada pela presença. Também queria cumprimentar a diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais, querida Sara Félix, que hoje está mais elegante do que nunca. Ela está sempre elegante, mas hoje, para homenagear a Febrafite e também a Papá, ela veio no seu melhor estilo. Ela está sempre trazendo também essa defesa da democracia e a defesa da carreira dos auditores fiscais. Queria cumprimentar o presidente dos auditores fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais, o Marco Túlio da Silva. Quero dizer que o Sindifisco é grande parceiro também do meu mandato, em várias reflexões, como no desafio de pensar a justiça tributária da mineração, em que a gente construiu tantos processos em conjunto. Agradeço pela presença.

E, por último, gente, a auditora fiscal que ganhou o meu coração quando eu era uma menina de 18 anos de idade e ocupava a Câmara de Belo Horizonte para reivindicar a diminuição da passagem de transporte, Eulália Alvarenga. Talvez eu não fosse tão menina assim, mas eu era bem pequenininha. Ela foi quem me introduziu na importância do trabalho dos auditores fiscais. Obrigada, minha amiga, diretora administrativa suplente do Sindifisco, pela presença aqui. Que bom que você está aqui, compondo esta Mesa, que está majoritariamente feminina. Uma salva de palmas para isso!

Bom, gente, vocês sabem que esta sessão solene pode ser realizada apenas uma vez por ano, e eu, neste ano, resolvi fazer esta homenagem à Associação Nacional de Fiscais Tributários Estaduais pelo trabalho incessante que vocês fizeram e pela contribuição que vocês tiveram para construir a reforma tributária no Brasil. A reforma tributária é muito importante para a gente começar a reverter um modelo de tributação que sempre vigorou no Brasil e que foi muito mais baseado na taxação do consumo, algo que prejudica em especial a população mais pobre, em especial as mulheres. A reforma tributária trouxe temas importantes, como a necessidade de promoção de maior justiça tributária, e também levantou temas fundamentais, como a necessidade de taxação dos super-ricos do Brasil. Talvez tenha sido a primeira vez que uma bandeira tão progressista, do ponto de vista tributário, tenha sido falada e discutida publicamente, desde as ruas de uma favela, de um aglomerado, até o Congresso Nacional.

Esse trabalho fundamental da Febrafite na construção da reforma tributária teve a participação maravilhosa da Maria Aparecida, a Papá, que tem mais de 40 anos de carreira e contribuição, não apenas pelo seu trabalho como auditora fiscal, mas pelo seu envolvimento nas entidades de classe, buscando a construção de uma democracia e de uma justiça tributária no Brasil. Aliás, não existe democracia sem justiça tributária, e termos uma mulher à frente, liderando hoje o debate sobre a justiça tributária no Brasil, é a certeza de que as políticas públicas podem fazer justiça a nós. Eu falo aqui, gente, como mulher, sem querer de forma nenhuma desconsiderar os nossos companheiros, que são fundamentais nessa luta, mas, de fato, quando nós ocupamos espaços de poder, espaços de direção, nós trazemos um outro olhar para as questões de políticas públicas e, em especial, para as questões tributárias. Então, também por a gente ter a primeira presidente da Febrafite, uma mulher, a gente decidiu fazer essa linda homenagem para a Papá hoje.

Temos muitos desafios pela frente, conforme foi mostrado pelo vídeo institucional, como a implementação da Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária, porque não existe arrecadação pública, não existe política pública sem o trabalho de vocês. Por isso, em momentos em que a carreira dos auditores fiscais tem sido muito atacada, especialmente em Minas Gerais, achamos muito importante falar sobre a importância da estruturação dessa carreira, da estruturação desse trabalho que vocês fazem, que é um trabalho de caráter essencial, tão essencial que a Justiça de Minas Gerais, recentemente, disse que vocês não poderiam entrar em greve, pois isso atrapalharia a arrecadação do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a gente precisa que essa essencialidade seja reconhecida para que esta Casa, de fato, aprove o quanto antes o Projeto de Lei nº 5.234, que é de autoria do governador do Estado mas precisa de maior empenho também do governo de Minas Gerais para ser aprovado, para que vocês tenham a carreira valorizada. Portanto faço um apelo a todos os deputados e deputadas desta Casa e ao governo do Estado: que, de fato, a gente estruture e aprove esse projeto de

lei e avance na construção nacionalmente da Lei Orgânica da Administração Tributária, a fim de que a gente possa ter harmonia no trabalho de vocês, que é essencial para a construção de políticas públicas.

Vários debates têm sido temas de muita polêmica no Brasil hoje: um deles é o fim da escala 6x1. Eu defendo o fim da escala 6x1 porque entendo que a população brasileira, em especial aquela que trabalha em regime de escala 6x1, é constituída, em sua maioria, por mulheres, por pessoas muito jovens, que perdem parte importantíssima da sua vida em transportes lotados. Muitas vezes, são mulheres com dupla, tripla jornada de trabalho, que não têm condição de ser mãe, de ir à igreja ou ao culto ou ao terreiro, enfim, aonde quer que seja, para expressar a sua fé; não têm tempo de descanso, não têm tempo de viver.

Se há algumas pessoas, hoje, que falam que o fim da escala 6x1 pode quebrar o Brasil, eu falo que o que quebra o Brasil hoje é a ausência de critério e rigor na aplicação da nossa tributação, porque, se a gente tem uma eficiência na tributação e no pagamento de impostos no Brasil, a gente tem condição de implementar todas as medidas de justiça social e de promoção de mais dignidade no mundo do trabalho. O que quebra o Brasil é a sonegação fiscal. O que quebra o Brasil é a ausência de uma auditoria nacional que discuta a nossa dívida pública nacional e, inclusive, estadual. O que quebra o Brasil é o fato de, hoje, a gente ter tantas isenções de impostos praticadas para quem não precisa, enquanto direitos não são ofertados para a população mais pobre, que sempre esteve sobrecarregada com o pagamento de impostos no País. Então é muito importante que a gente consiga implementar plenamente a reforma tributária. Para isso, uma lei orgânica nacional da administração pública é muito importante.

Quero falar um pouquinho sobre a Papá, Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, sobre a importância dessa mulher que nasceu na Zona da Mata, em Leopoldina, e que começou a sua vida profissional como professora do ensino fundamental. Ela é uma professora mesmo, antes de qualquer coisa, e hoje é graduada em estudos sociais e direito. Eu também sou da área dos estudos sociais. Talvez, por isso, a gente se identifique tanto. Trabalhei quase a minha vida inteira com estudos sociais na Faculdade de Direito. Então a gente se encontra em muitos caminhos desta vida. Ela entrou como auditora fiscal da Receita Estadual em junho de 1982, ou seja, em um período em que o Brasil ainda atravessava os desafios e a dor de não ser um país democrático. O Brasil estava sob o jugo da ditadura militar. Então foram quatro décadas de atuação que contribuíram para a construção de um sistema fiscal no Brasil, voltado para a democracia.

Como eu disse, a atuação de vocês é fundamental para a democracia. A trajetória de vida da Papá traduz muito essa persistente entrega, que está para além apenas da realização do seu ofício, mas, como eu disse, é uma contribuição coletiva para as entidades de classe e para o Brasil pensar a sua democracia e o seu sistema tributário. Ela se dedicou por 17 anos à Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais. Foi muita dor de cabeça, mas também foram muitas amizades e muitas alegrias ao longo desse processo. Ela foi a primeira mulher eleita presidente da Affemg e abriu caminhos para tantas outras mulheres. Depois ela foi, a partir de 2010, diretora da Febrafite, e em 2026 assumiu o cargo de presidenta da Febrafite, trazendo a representatividade mineira e feminina para esse órgão tão importante de representação dos auditores fiscais dos estados do Brasil.

Por fim, gente, quero dizer que, além da implementação plena da reforma tributária, eu quero continuar caminhando com vocês e caminhando com a Papá para solucionar questões centrais hoje para o nosso estado. A gente fala que, se em 1988, ano em que eu nasci, o maior desafio do Brasil era pensar a construção da sua democracia, talvez, neste ano, o maior desafio que nós temos seja pensar a nossa soberania – a soberania nacional, mas também a soberania popular e a territorial. Minas Gerais é um estado estratégico do ponto de vista nacional pela prática da mineração. Diferentemente do petróleo, que tem todo um regime de garantia de pagamentos de impostos direcionados para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de *royalties* ou mesmo da Cide dos combustíveis, a mineração hoje é um grande lapso no debate sobre a tributação no Brasil. E o Sindifisco tem contribuído muito com o meu mandato para a construção de propostas, como a implementação da Cide Mineral – e eu agradeço muito também ao Marco Túlio, que está aqui representando o Sindifisco.

Eu acabei de voltar de Poços de Caldas. Viajei a madrugada inteira para estar aqui com vocês; cheguei em casa às três horas da manhã. Lá nós estamos debatendo o tema das terras-raras, e eu penso que temos aqui uma oportunidade única e estratégica para Minas Gerais, a oportunidade de interrompermos, de fato, o ciclo de saque das nossas riquezas que sempre aconteceu. Primeiro foi o ciclo do ouro, que deixou a escravidão de pessoas e o roubo dos nossos minerais – ouro e diamante. Depois foi o ciclo do minério de ferro, marcado pela Lei Kandir e marcado também pelos desastres de mineração, pelos crimes de mineração que aconteceram em Mariana e Brumadinho. E agora a gente está entrando num terceiro ciclo mineral, que é o ciclo dos minerais que produzem energia e estão associados às tecnologias de ponta. A gente precisa fazer um debate sobre a soberania nacional, e esse debate precisa passar pela discussão da justiça tributária da mineração. Esse é um dos temas que acho fundamentais para o nosso estado, e espero poder contar sempre com a contribuição da Febrafite para fazê-lo.

Também, gente, eu queria dizer para vocês que, em tempos de um liberalismo que tenta vender a ideia de dia livre de impostos, de que o Brasil tem que acabar com os impostos, eu digo que o Brasil precisa cuidar bem dos seus impostos para produzir políticas públicas. O Sistema Único de Saúde – SUS – é o maior sistema público do mundo em saúde pública. A gente tem a possibilidade, no Brasil, de produzir ensino superior para todas as pessoas e, inclusive, acabar com o Enem algum dia, deixando que todas as pessoas acessem o ensino superior. A gente tem condição de erradicar a fome e a miséria no nosso País. O Brasil já saiu do Mapa da Fome, mas a gente ainda enfrenta desafios enormes para erradicar, de forma permanente, a pobreza e o analfabetismo. Para tudo isso, a gente precisa da consciência sobre a importância do pagamento dos impostos e de um trabalho rigoroso dos auditores fiscais, para que cada centavo que sai do bolso suado de cada mulher e de cada homem trabalhador do Brasil seja valorizado e retorne para eles em seguridade social, em políticas públicas, em democracia e na construção de um Brasil, de fato, soberano.

Obrigada, Febrafite, pelo trabalho essencial que vocês fazem. Obrigada, minha amiga Papá, por esses 40 anos de dedicação à democracia, às políticas públicas e aos auditores fiscais do Brasil.

Entrega de Placa

O locutor – A deputada Bella Gonçalves, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, fará agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à Sra. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite. A placa contém os seguintes dizeres: “A Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite –, entidade privada sem fins lucrativos, dedica-se à valorização da classe e à defesa da integridade das receitas públicas, além de trabalhar em prol da justiça fiscal e social. Com ética, transparência, responsabilidade e espírito público, participa ativamente de debates voltados para a construção de um sistema tributário justo, eficiente e equilibrado em todo o País. Recentemente, a mineira Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni tornou-se a primeira mulher a presidir a instituição. Auditora fiscal estadual desde 1982, sua contribuição tem sido valorosa no combate à desigualdade de gênero sob a perspectiva tributária. É com admiração e respeito que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia a Febrafite pelos relevantes serviços prestados ao Estado e pela histórica posse de sua primeira presidente mulher.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni

Bom dia. Gostaria de começar cumprimentando, saudando, agradecendo à deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, que, neste ato, também representa o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite. Cumprimento o amigo de muitas jornadas vereador Wagner Ferreira, também um líder classista; a minha amiga Sara, diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais de Minas Gerais – minha saudação, na sua pessoa, aos associados da Affemg. Cumprimento o Marco Tullio, presidente do Sindifisco, o Sindicato dos Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais, e, na sua pessoa, os sindicalizados, todos os auditores fiscais e auditoras; e a Eulália, diretora administrativa do Sinfisco-BH, grande companheira de muitas jornadas nos movimentos sociais, nas entidades de classe – ela nas dela e eu na Affemg. Enfim, estou

muito emocionada. Peço desculpas a vocês por estar aqui gaguejando. Quero também saudar o Roberto Kupski, presidente de honra da Febrafite, e, na sua pessoa, todos os presidentes das associações filiadas de 26 estados brasileiros. Queria cumprimentar nossos convidados. Não vou nominá-los, mas temos muitas amizades, muitos convidados, convidadas, autoridades, lideranças classistas, amigos e amigas aqui, então minha saudação a vocês e meu agradecimento pela presença.

Estou muito honrada, emocionada mesmo, com esta homenagem que recebo em nome da Febrafite, a Associação Nacional dos Fiscais de Tributos Estaduais. Em nome de mais de trinta mil auditores e auditoras fiscais das 26 associações, agradeço este gesto singular da deputada Bella Gonçalves, o reconhecimento pelo trabalho que, há 34 anos, a entidade vem realizando, que vai muito além da luta corporativa. É um trabalho contínuo de busca pela maior justiça fiscal, condição para a tão necessária e urgente justiça social.

Deputada Bella, minhas palavras agora deveriam enumerar as iniciativas da Febrafite ao longo desse tempo, mostrar o quanto a entidade tem participado dos grandes debates nacionais que envolvem a tributação, o financiamento do Estado, o desenvolvimento do País. Eu devia falar o quanto a entidade vem trabalhando por uma administração tributária forte, profissional e preparada, como ela trabalha continuamente na defesa do equilíbrio federativo e da autonomia dos entes. Também estou aqui e deveria dizer, especialmente às minhas colegas auditoras, o que significa para mim ocupar a presidência desta entidade nacional; falar para elas que podemos e devemos ocupar todos os lugares que quisermos, especialmente aqueles espaços de comando na secretaria, sempre tão masculino, ou na liderança classista. Mas sou uma auditora fiscal deste estado e, por tudo o que estamos vivenciando hoje, quero pedir a sua compreensão, deputada Bella, porque empresto minha voz nesta tribuna para expressar a perplexidade, a indignação e o luto que assola a minha categoria.

Em 2024, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar uma ação de um servidor que não é auditor fiscal, uma ação que não trata de reivindicação dos auditores, decidiu que o dispositivo legal que, em 1975, delegava poderes para o Executivo fixar em decreto regras de remuneração precisava de lei. Eu destaco: há 50 anos, esta Casa Legislativa delegou ao Executivo o comando da regra por decreto, e não há nada de torto nisso, porque é assim na maioria dos estados da Federação. Depois de longa espera, o governo encaminhou o Projeto de Lei nº 5.234, que nada mais é do que a transposição da regra do decreto para a lei, isto é, um clássico “copiou, colou”. Esse projeto chegou aqui praticamente junto com o projeto da revisão geral anual dos servidores. Em março, o projeto da revisão geral foi aprovado em uma semana. Não houve nenhuma obstrução, nenhuma demora. O PL nº 5.234 foi travado na primeira comissão, tendo recebido uma série de emendas com reivindicações salariais de várias outras carreiras e tendo passado por toda forma de obstrução parlamentar. Ainda que as demandas de outras categorias sejam justas, não faz sentido trazê-las para o debate do PL nº 5.234, que não trata de reivindicação, mas apenas de regularização, como determinou o STF.

Pois bem. Em abril deste ano, chegou à Casa o Projeto de Lei Complementar nº 102, da Advocacia-Geral do Estado, que foi aprovado em julho. Foram três meses de tramitação. Em maio, chegou o Projeto de Lei Complementar nº 106, da Defensoria Pública, também aprovado em julho. Foram dois meses de tramitação. O projeto da Gratificação de Estímulo à Produção Individual – Gepi – sequer foi votado pelo Plenário em 1º turno, estando sujeito a contínuas emendas e obstrução. Isso não é só incoerência. A definição mais apropriada para essa situação é o cometimento de uma injustiça consciente e deliberada contra os auditores. Ouvimos de vários parlamentares, com toda a clareza, que faziam esse enfrentamento por meio do PL e da fiscalização como um recado ao governo. O PL não serve a esse objetivo; não pode ser uma arena de disputa política. Ele apenas cumpre um comando do STF de transpor uma norma fixada em decreto para uma lei, nada mais. Essa situação é injusta também com os outros servidores, aqueles destinatários das emendas, pois cria um cenário artificial de aparente apoio às suas justas reivindicações, quando, na verdade, serve apenas para travar o PL. Todos perdemos.

O governo não parece empenhado em resolver essa crise institucional gravíssima instalada na Fazenda. Estamos à deriva e sofremos as consequências. Sem a aprovação do PL, impera a insegurança, e não falo apenas da insegurança jurídica. Trata-se de uma

insegurança funcional, salarial e pessoal, com repercussão nas famílias. Essa insegurança leva à extrema preocupação os auditores, que não sabem o que vai acontecer amanhã, o que, além de afetar as condições de trabalho, repercute na saúde física e emocional. Só no primeiro semestre deste ano, registramos mais de setecentos afastamentos para tratamento de saúde. Os auditores estão adoecendo. Isso importa? Esse quadro, deputada Bella, repercute em toda a sociedade mineira, com consequências diretas sobre a receita pública, que está em queda. Isso importa? Dos 431 auditores nomeados no último concurso, 238 saíram e estão de saída. Outros 59 foram aprovados, chamados, e recusaram. Para onde foram? Foram ser fiscais em outros estados, com mais segurança e melhores salários. Minas é, hoje, o estado que paga o salário mais baixo do País; é o último no *ranking* nacional. Deputada Bella, não há impedimento para que o PL seja aprovado. Em consulta da secretária de Fazenda, o Ministério Público Eleitoral respondeu que projetos da natureza desse PL podem ser aprovados, não têm vedação na Lei Eleitoral.

Portanto, deputada, se o presidente desta Casa e seus pares reconhecerem a gravidade da situação na Secretaria de Fazenda e considerarem a importância, a urgência e a justiça desse projeto, podem votá-lo. E assim eles contribuirão para distensionar o ambiente institucional, restabelecer o diálogo, melhorar as condições de trabalho e saúde dos auditores e das auditoras e viabilizar o início de um processo de negociação para as muitas demandas que se encontram represadas e necessitam ser discutidas.

O ato de reconhecimento à Febrafite é também um ato de reconhecer a importância dos profissionais que ela representa. Desta tribuna, com confiança e máximo respeito, dirijo-me ao Sr. Governador e ao presidente desta Casa Legislativa e faço-lhes um apelo: os auditores fiscais de Minas precisam ser ouvidos e, permitam-me, precisam ser ouvidos agora. A Febrafite recebe com muita gratidão a homenagem desta Assembleia, deputada. Levo comigo o reconhecimento desta Casa e o orgulho de representar uma entidade que construiu sua história defendendo o Fisco brasileiro. Muito obrigada.

O locutor – Com a palavra, a deputada Bella Gonçalves, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite.

Palavras da Presidenta

Vou ler o pronunciamento do deputado Tadeu Leite, mas antes queria, mais uma vez, reforçar o meu compromisso de que esta Casa aprove já o projeto de lei que coloca fim a essa desvalorização que vocês têm sofrido. Quero dizer que considero que esta atividade não poderia ser mais acertada, ocorrer em um momento mais correto, para passar esse recado à Assembleia de Minas Gerais e também para o governo do Estado. Obrigada, Papá.

São estas as palavras do Exmo. Sr. Presidente da Casa, Tadeu Martins Leite: (– Lê:) “Poucas categorias profissionais são tão relevantes para o equilíbrio das contas públicas quanto a dos fiscais de tributos estaduais. Sabemos como são indispensáveis a capacitação técnica e o rigor ético desses verdadeiros guardiões do erário, mas sabemos também como é fundamental a união, a soma de esforços que assegura a efetividade de sua representação coletiva.

Essa é uma categoria que, além de se destacar por todo o seu mérito e por toda a sua relevância social, tem seus interesses muito bem representados pela Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais, a Febrafite. Além de fortalecer e salvaguardar os direitos de seus associados, a entidade se empenha diretamente em promover a justiça fiscal e social e se esforça incansavelmente para assegurar a integridade das receitas públicas. Razões não faltam, portanto, para homenagearmos a Febrafite. Mas temos ainda um motivo muito especial para essa celebração, que é a escolha da Sra. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni para o cargo de presidente da entidade. Suas elevadas habilidades de articulação e coordenação, somadas à sua extrema competência técnica e à sua sólida formação acadêmica, fazem dela uma líder destacada e reconhecida nacionalmente. Com uma trajetória de quase quatro décadas como auditora fiscal da Receita Estadual de Minas Gerais, a Sra. Maria Aparecida é responsável por inúmeras contribuições para o aprimoramento da administração tributária não só em Minas Gerais mas em todo o Brasil.

Igualmente importante, e sinal de tempos ainda mais promissores, é o fato de ser ela a primeira mulher presidente da entidade. Não temos dúvida de que agora se inicia uma gestão especialmente atenta à luta por igualdade de gênero, reafirmando a

importância histórica dessa luta e abrindo novas perspectivas de futuro. Sendo assim, é com grande satisfação que prestamos hoje esta merecida homenagem à Sra. Maria Aparecida e Meloni e à valorosa associação por ela presidida, a Febrafit.

Para concluir, saudamos calorosamente a entidade e a sua presidente, os seus associados e colaboradores, desejando-lhes o mais pleno sucesso no prosseguimento de sua nobre missão, que é tão essencial para o desenvolvimento econômico e a justiça social em nosso país. Muito obrigado”.

O locutor – Após o encerramento regimental, ouviremos Marco Túlio da Silva França, na voz, e Leandro Ernane Maria, no violão, que vão apresentar *Mais uma vez*, de Renato Russo e Flávio Venturini.

Encerramento

A presidenta – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 17, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/8/2026, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a necessidade do início das nomeações dos candidatos aprovados no concurso público da Universidade do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital nº 1/2025, destinado ao provimento de cargos efetivos das carreiras de técnico universitário e analista universitário.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 98/2026, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 4.781/2025, do deputado Betão; 4.016/2025, do deputado Noraldino Júnior; 4.101 e 4.102/2025, do deputado Mauro Tramonte; 4.187 e 4.363/2025, da deputada Nayara Rocha; 4.608/2025, do deputado Carlos Henrique; 4.956/2025, do deputado Mauro Tramonte; 4.972/2025, do deputado Gil Pereira; 5.022/2026, do deputado Rafael Martins; 5.161/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.520 e 5.523/2026, do deputado Charles Santos; 5.533/2026, da deputada Andréia de Jesus; 5.535/2026, do deputado Enes Cândido; 5.562/2026, do deputado João Magalhães; 5.569/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 5.600/2026, do deputado Doutor Jean Freire; 5.618/2026, do deputado Tito Torres; 5.672/2026, da deputada Chiara Biondini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.204/2024, do deputado Fábio Avelar; 4.204/2025, do deputado Leonídio Bouças; 4.381/2025, do deputado Enes Cândido; 4.676/2025, do deputado Noraldino Júnior; 4.695/2025, do deputado Leleco Pimentel; 5.132/2026, do deputado Adriano Alvarenga; 5.145/2026, do deputado Ricardo Campos; 5.400/2026, da deputada Lohanna; 5.438/2026, do deputado Doutor Paulo; 5.518/2026, do deputado Adriano Alvarenga; 5.576/2026, do deputado Adalclever Lopes; 5.606/2026, do deputado Cristiano Silveira; 5.644/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.763/2026, do deputado Adalclever Lopes; 5.770/2026, do deputado Carlos Pimenta; e 5.771/2026, do deputado Zé Laviola.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.863/2024, do deputado Lucas Lasmar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.978/2025, do deputado Professor Cleiton.

Requerimento nº 18.986/2026, da deputada Alê Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.474/2025, do deputado Charles Santos.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.085/2023, da deputada Alê Portela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.393/2024, do deputado Rodrigo Lopes.

Requerimentos nºs 18.008, 18.570, 18.580, 19.172, 19.304 e 19.305/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 18.297/2026, do deputado Dalmo Ribeiro; e 18.643/2026, da deputada Delegada Sheila.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 19.310/2026, do deputado Enes Cândido.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO
CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 13H30MIN
DO DIA 19/8/2026**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Carol Caram e Marli Ribeiro e os deputados Rodrigo Lopes e Adriano Alvarenga, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/2026, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Resolução nº 133/2026, que institui a Comenda Padre Pigi, destinada a homenagear pessoas físicas e jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à promoção do direito à moradia digna.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2026.

Leleco Pimentel presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater a manutenção da composição mínima do quadro técnico de responsáveis pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, as condições de trabalho dos nutricionistas e o quadro de pessoal e estruturas operacionais afetos à alimentação escolar no Estado.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2026.

Adalclever Lopes, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 17/8/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alexandre Lima Fernandes Filho, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

nomeando Veralucia Lima de Souza, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 118/2026

Número no Siad: 9393249-3

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sampo Seguros S.A. Objeto do contrato: seguro patrimonial para edificações e seu conteúdo. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste. Vigência: 12 meses contados de 0h1min do dia 4/9/2026 a 0h1min do dia 4/9/2027. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****PROJETO DE LEI Nº 6.039/2026**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/8/2026, na pág. 101, no despacho, onde se lê:

“– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Maria Clara Marra. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.540/2026 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.”, leia-se:

“– Recebido e publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça, para exame preliminar, e à Comissão de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.”.